



Fundação Cuidar o Futuro

PRESENÇA 18



Fundação Cuidar o Futuro

NA CAPA: DESENHO DE *LOURDES CASTRO*

MAIO 1957

presença



Redacção: Av. Duque de Loulé, 90, r/c-D.

EDITADA PELA J. U. C. F.

FILIADA NA PAX ROMANA

SUMÁRIO

Além Mar

O Direito à Colonização

A Unesco e a questão racial

O problema da educação da mulher indígena

Notas sobre perspectivas económicas do Ultramar

Missões

Seminário Africano

Originalidade da literatura Africana

Em discurso recente Pio XII fala ao Episcopado de todo o mundo sobre as missões católicas

No presente número dedicado ao Ultramar português procura-se chamar a atenção dos universitários para alguns dos problemas que se põem hoje com mais acuidade no nosso Ultramar.

Em «O Direito à Colonização» responde-se a uma das questões mais debatidas actualmente no plano nacional e internacional: a legitimidade da acção colonizadora.

Com «Missões» pretende-se dar a conhecer as dificuldades com que se debatem os nossos universitários no exercício da sua função evangelizadora.

Em «A Unesco e questão racial» revelam-se os esforços daquela organização internacional em contribuir para a resolução de um dos problemas que mais comprometem a paz no mundo de hoje: «a questão racial».

«Notas sobre perspectivas económicas do Ultramar», esclarecem-nos sobre a importância das nossas províncias ultramarinas em ordem ao desenvolvimento da nossa economia nacional.



Fundação Cuidar o Futuro

Com a aprovação da Autoridade Eclesiástica

Composto e impresso na Tipografia Cardim, Lda. — Cascais

ALÉM MAR



Aos quatro rumos do mundo, nacional e internacionalmente, andamos há muito gritando a nossa superioridade em relação aos preconceitos, quando não aos ódios rásticos dos outros povos.

Mas, no fundo, bem no fundo, guardamos, apesar de tudo, certa dose de orgulho étnico que nos faz olhar de cima, com paternalismo condescendente, as demais civilizações, às quais começamos até por negar o direito ao título de civilizações, porque à luz dos nossos conceitos estáticos, civilização é apenas uma: aquela a que damos honras de maiúscula e dentro da qual nos movemos e respiramos.

Em discursos de circunstância e em quadros alegóricos de sabor patriótico, alardeamos o muito que Áfricas e Ásias nos devem, quites a qualificá-las — na esteira de Camões — de «terras ricas».

Enterneçemo-nos, também, às vezes, (em dia de peditório para as Missões, especialmente) com a lembrança dos «pobres pretinhos», e julgamos ter cumprido assim, integralmente, o nosso dever de país colonizador e missionário.

Ora, é tempo de sacudirmos de nós as frases feitas que séculos de convencionalismo inteiriçaram ainda mais. Chegámos a uma esquina da História, em que se torna preciso enfrentar individualmente uma realidade que exige de nós maior respeito pelos valores humanos e sobrenaturais de Além-Mar.

Mas que sabemos de tantos dos seus problemas graves ou da sua Cultura, nós europeus, cujos conhecimentos ultramarinos não excedem os adquiridos no Jardim Zoológico ou uma enumeração de produções agrícolas aprendida em qualquer compêndio de Geografia Económica?

Contudo, no Ultramar português, existem uma Arte e uma Literatura que conhecemos superficialmente, formulam-se interrogações sérias de Urbanismo, Assistência, Economia que esperam de nós uma resposta, ou, pelo menos, o nosso interesse que é já participação. Por isso, tenhamos ou não à nossa frente um caminho aberto para terras do Ultramar, sobre todas impende a obrigação de pensar e sentir, como suas, as questões em suspenso da vida nacional, em qualquer continente.

O DIREITO À



1. — No estado actual da divisão do mundo entre as soberanias, o problema do direito à colonização traduz-se realmente na questão de saber se é possível a constituição de sociedades plurais, onde, não obstante a diversidade étnica e cultural dos grupos em presença, todos os homens tenham acesso à igualdade dos direitos políticos. Os factos, aqui, dominam o problema jurídico porque nos encontramos num *bonum in ordine* as construções normativas se inspiram menos no desejo de servir a justiça do que no objectivo de tentar legitimar atitudes políticas irredutíveis. Convém, por isso, examinar rapidamente a situação de facto em que nos encontramos, para ajuizar do destino deste direito à colonização que a Constituição Política da República Portuguesa considera da essência da Nação.

2. — A evolução das situações coloniais defronta-se hoje com o surto de nacionalismo a que assistimos depois da última grande guerra. É certo que já depois da guerra de 1914-18, o nacionalismo se manifestara como um fenómeno de prima-

cial importância na vida internacional; mas, realmente, limitara o seu campo efectivo à Europa, talhando a série de Estados que mais tarde, e genericamente, haviam de transformar-se em satélites da URSS.

Agora, os movimentos nacionalistas posteriores à última grande guerra manifestaram-se sobretudo nas regiões tropicais e sub-tropicais, que foram ou estão sujeitas a uma acção colonial.

Como primeira nota importante, convém salientar que o mais grave problema de prognose política, com que imediatamente nos deparamos, é o de saber se os novos Estados, nascidos ao abrigo deste novo surto nacionalista nestas regiões, não virão a ter o mesmo destino dos Estados nascidos na Europa a seguir à guerra de 1914-18.

Numa passagem célebre, Lenine estabelecia como que uma lei marxista da evolução das situações coloniais, que pode traduzir-se assim: colonialismo-nacionalismo-sovietismo. O mecanismo da luta soviética seria em síntese o seguinte: destruir

as situações coloniais para enfraquecer a burguesia das metrópoles; fortalecimento das elites locais, para que tomem o lugar da burguesia metropolitana e constituam um Estado; sovietação desse novo Estado pela destruição da burguesia nacionalista que servira de instrumento na fase anterior.

Acontece que os E.U.A., que nasceram para a vida internacional depois de uma fase colonial, cada vez mais tendem para considerar que é uma missão nacional sua o fomento dos nacionalismos nas regiões tropicais e sub-tropicais, onde ainda decorre uma situação colonial. Deste modo, a URSS e os E.U.A. contribuem com os seus esforços, não coordenados, mas concordantes, no sentido de realizar a segunda fase do programa de Lenine. É problemático, mas causa apreensões saber o que se passará em relação ao terceiro ponto do programa.

3. — Recentemente, *Adlai Stevenson* e *Paul Reynaud*, nas colunas da revista «Occident» debateram o problema do anti-colonialismo americano. O antigo candidato à Presidência

COLONIZAÇÃO



dos E.U.A. escrevia o seguinte: «as forças explosivas do nacionalismo, do anticolonialismo e da independência não são uma invenção do comunismo. Mas fundiram-se numa só mensagem que combinando-se com o progresso técnico do Ocidente, permitiu esperar legitimamente que a pobreza, a fome, a doença, e a servidão, não constituam, fatalmente, o destino de dois terços da raça humana, largamente composta de raças de cor. Para estas multidões, o nacionalismo, longe de ser anacrónico, oferece-lhes a ocasião de tomarem consciência de si próprios, de se governarem, de desenvolverem os seus recursos para o seu bem estar pessoal, de provar que a cor da pele não lhes tira o direito de caminharem com dignidade entre os seus semelhantes...»

Este humanismo americano aparece assim ligado ao nacionalismo, e parece pensar que só pela constituição de Estados independentes é possível a dois terços da humanidade caminhar com dignidade entre os seus semelhantes de raça branca. É fácil dizer que esta posição não tem lógica alguma na

boca do representante de um Estado que pretende integrar completamente os 18 milhões de negros que se multiplicam rapidamente no seu território: não é, porém, a falta de lógica

constituição de um novo Estado é condição básica para a igualdade política dos homens. A questão da autonomia política, mesmo limitada aos territórios onde ainda vigora uma

pele **DR. ADRIANO MOREIRA**

Fundação Cuidar o Futuro

que lhe diminui a projecção política, ou que impede que esta doutrinação se torne um poderoso elemento do racismo contra o branco que está a tornar-se dominante nas regiões tropicais e sub-tropicais. Ora, não parece que o reconhecimento do direito, que cada homem tem de caminhar com dignidade entre os seus semelhantes, implique a necessidade de proclamar esta nova espécie de nacionalismo racista, em que se traduz o «american way».

4. — Realmente, parece um erro confundir o problema da autonomia política, nas sociedades multirraciais, com o nacionalismo, pressupondo que a

situação colonial não se define sempre nos mesmos termos. É evidente que não podem colocar-se nos mesmos termos os problemas de povos com uma larga tradição de sabedoria política, cujo território abriga apenas limitados grupos étnicos provenientes de antigas potências colonizadoras, e os problemas de territórios, onde nunca existiu qualquer fenómeno estadual ou nacional, e cuja unidade geográfico-política, económica, linguística, etc., resulta da acção civilizadora de um grupo étnico politicamente dominante. Talvez, sem grande erro, pudéssemos distinguir entre a Ásia e a África do Norte,

onde domina o primeiro tipo de territórios, e a América Latina e a África Negra, onde o segundo tipo é dominante. Ora, na Ásia e na África do Norte, tal como aconteceu na América Latina do século XIX, o princípio nacionalista levou à criação de Estados, distintos dos Estados originários das minorias étnicas que detinham o poder. Mas o fenómeno será exactamente o mesmo?

Repare-se que, enquanto na Ásia e na África do Norte, estamos em face de povos que retomaram uma maior ou menor tradição de vida internacional independente, na América do Sul estamos em face de um simples nacionalismo de brancos que proclamou Estados independentes, é certo, mas sem que a situação colonial das populações nativas sofresse a menor modificação: continuou a processar-se uma acção civilizadora, exercida pelo grupo étnico nacionalista, sobre o território e sobre os aborígenes. Em que é que isso contribuiu para que os homens de cor caminhem com dignidade entre os seus irmãos? Não será difícil confrontar a doutrina de Stevenson com a história da integração cultural dos negros americanos, para concluir que não parece existir relação visível entre a criação de novos Estados e a autonomia política entendida como igualdade política dos homens submetidos ao mesmo governo.

5. — Hoje, o problema parece revestir uma importância especial na África Negra, onde é possível prever o aparecimento

de movimentos nacionalistas do tipo dos que se manifestaram em muitos países sul-americanos, e que se traduziram por uma declaração de independência proveniente de uma maioria étnica, sem que a situação colonial tenha desaparecido, criando-se assim Estados do tipo da Federação das Rodésias e Niassalândia ou da África do Sul; onde é possível, por outro lado, encontrar manifestações políticas orientadas no sentido de criar Estados negros, como Ghana, onde a antiga minoria étnica dominante, quando existe, recebe o Estatuto dos estrangeiros; onde, finalmente, a autonomia política pode vir a traduzir-se pela integração de todas as populações, independentemente da sua origem étnica, num Estado já existente, que a todos os súbditos assegura a igualdade política.

Em 1947, encontraram-se em Paris dois africanistas ilustres, que representam as duas tendências principais das populações negras, com base nas quais se desenvolverão as políticas da U.R.S.S. e dos E.U.A.: Houphouët-Boigny, ministro do governo francês e chefe do mais importante partido político da África francesa, e N'Krumah, o fundador do Estado de Ghana, que acaba de ser reconhecido. O primeiro, pensa que só uma comunidade franco-africana, na base da igualdade e da fraternidade, tornará viável a reabilitação das populações africanas, opondo-se por isso à adopção do programa de independência pura e simples; o segundo, reclama a total indepen-

dência dos povos africanos, unificados pela cor e pelo ressentimento da passada sujeição à raça branca. É do destino destas orientações que parece depender o destino das comunidades plurais nas regiões tropicais em geral, e na África Negra em particular. Se exemplos históricos mostram que a constituição de novos Estados, como foi o caso dos E.U.A., não é um método necessariamente ligado à obtenção de igualdade política dentro das sociedades plurais, significará isso que, como pretende N'Krumah, seja necessário caminhar para a constituição de Estados étnicamente homogêneos? Colocar o problema assim significa realmente perguntar, se a raça branca deve ser expulsa das zonas tropicais e sub-tropicais, como tem sido proclamado por Nerhu. Ora, também disto já tínhamos já exemplos, bastando chamar a atenção para o que se passa na Argélia.

É viável recomendar a constituição de um novo Estado, até étnicamente homogêneo, naquelas regiões onde a potência colonizadora exerceu apenas uma política de enquadramento, e não vieram a fixar-se elementos originários da Pátria colonizadora; é isso ainda viável, quando a situação colonial decorreu desde o início em termos de os colonos originários da potência colonizadora sempre se terem comportado no sentido de receberem o estatuto de estrangeiros, como parecia inevitável nos sistemas de protectorado, onde, findo este, só tal estatuto lhes poderia ser

reconhecido; mas, naquelas regiões, onde nunca decorreu um fenómeno estadual, e onde as condições locais, quer políticas quer naturais, foram de molde a proporcionar a prática de uma política, iluminada pela ideia de unidade com a Pátria originária, temos o exemplo da Argélia para nos mostrar, aonde pode conduzir o equivocado humanismo que pensa que a dignidade dos homens só pode reealizar-se em Estados étnicamente homogêneos e independentes de qualquer tutela colonizadora. Sustentar isto é, no fundo, repudiar o princípio da igualdade dos homens, independentemente da sua raça, e fazer do racismo a base da organização política internacional.

6 — Por isso, mesmo um país como Portugal que, por ter levado séculos a impor o respeito pela sua individualidade política, está marcado na sua personalidade básica pelo respeito pelo direito de os povos disporem de si próprios, não é incoerente ao reclamar o direito de manter unitário o seu território e, pelo exercício de uma acção civilizadora sobre os indígenas, chamá-los à completa integração no seu povo. É que, quando hoje se fala, por exemplo, de Angola e Moçambique, e se pretende que sejam territórios destinados a constituir novos Estados, esquece-se que a sua individualidade é pura criação portuguesa, porque nunca existiu qualquer fenómeno nacional ou estadual coincidente com os seus limites geográficos e humanos: a individualidade, que hoje revestem,

diferentemente do que acontece em Marrocos ou no Egipto, deve-se à definição do território, da economia e da cultura pelos portugueses. Não se trata, portanto, de avaliar a acção civilizadora em função do princípio das nacionalidades, ou da liberdade de os povos disporem de si próprios, enfim, do nacionalismo racista que se tem mostrado actuante nas regiões tropicais e sub-tropicais. Trata-se, antes, de examinar a acção do Estado, com relação à sua estrutura e fins, em face do seu povo, onde se encontra uma pluralidade de grupos étnicos e culturais. O direito à colonização é, para o Estado português, um direito-função, isto é, um conjunto de poderes necessários para realizar o fim de justiça que caracteriza o Estado: neste caso, para realizar o princípio da igualdade dos homens, independentemente da sua raça e da sua cor, ou das suas crenças, pelo reconhecimento de que, em todos, se encontra a mesma dignidade. É este humanismo anti-racista que implica o repúdio de uma concepção do direito à colonização, entendido como um conjunto de poderes a exercer no sentido de criar Estados étnicamente homogêneos, esquecendo que a discriminação racial, que está na base de tal política, foi geralmente considerada um dos maiores flagelos da humanidade. O dever que todos reconhecem de os povos mais adiantados contribuírem, por uma acção tutelar, para o avanço das populações atrasadas, alheias ao conceito de Nação ou de Estado, é im-

posto pela dignidade do homem, ao serviço da qual está o Estado. Por isso mesmo, o INCIDI, reunindo-se em Lisboa, em Abril último, concluiu: «a cooperação internacional é desejável no sentido de criar sociedades plurais onde todos os homens gozem da plenitude dos direitos políticos. Esta igualdade pode ser realizada, sem qualquer motivo de preferência, quer pela criação de novos Estados, unitários ou federais, quer pela associação de Estados, quer pela integração completa com Estados já existentes». Isto significa o reconhecimento de que ao homem é inerente uma dignidade que implica o exercício de um certo número de direitos; tais direitos, pelo que toca a algumas populações, só podem ser-lhes proporcionados mediante uma acção civilizadora, levada a efeito por um povo diferente, que assim exerce uma acção colonizadora; tal acção colonizadora traduz-se, no exercício do direito à colonização, um direito função, isto é, um conjunto de poderes necessários para a realização desse dever que o Estado, historicamente assumiu. A realização desta missão colonial, que repudia todo e qualquer racismo para aceitar a igualdade de todos os homens, encontra-se na efectivação de tal igualdade; politicamente, este humanismo é compatível com qualquer forma de Estado que sirva a justiça e, designadamente, com a completa integração dessas populações no seio do povo que assumiu a missão civilizadora.



A importância que o problema racial assumiu no mundo moderno não necessita de ser sublinhada. A humanidade não esquecerá as injustiças e os crimes que deram à palavra «raça» uma ressonância tão trágica.

A UNESCO não podia deixar de tomar posição num debate que afecta directamente a vida de milhões de seres humanos e que é causa de conflitos inúmeros.

O preâmbulo do Acto constitutivo da UNESCO, promulgado em 1945, coloca o racismo entre o número das chagas sociais que a nova instituição se propõe combater. Aí se declara que «a grande e terrível guerra, que acaba de terminar, foi possível pela negação do ideal democrático de dignidade, de

de lhe que encarasse a oportunidade «de propor e de recomendar a adopção geral dum programa de difusão de factos científicos destinados a fazer desaparecer o que se convencionou chamar preconceitos de raça».

Respondendo a este apelo, a Conferência geral da U.N.E.S.C.O. adoptou em 1949, três resoluções que previam a investigação e a difusão dos dados científicos relativos às questões raciais» e, finalmente, «a preparação duma campanha de educação, baseada nesses dados».

A confusão que reinava a respeito da noção de raça era tal que não se podia conceber nenhuma campanha contra os preconceitos que dela derivam, sem uma definição do termo susceptível de receber a aprovação dos diferentes meios científicos e sem um exame do estado actual da questão racial. Com essa intensão, reuniu-se, em 1949, uma comissão constituída por antropólogos e sociólogos pertencentes a diversos países, que redigiu uma declaração com as conclusões, a que a ciência chegou em matéria de raça. Este documento foi, depois, submetido à opinião de numerosos sábios, em diversos países, que o examinaram nos seus pormenores e que, nalguns casos, sugeriram adições e emendas.

O problema da raça pôs-se perante a ciência no início do século XIX, no momento em que os grandes sistemas evolucionistas se constituíam. Infelizmente, do terreno puramente científico rapidamente deslizou para o da política.

A psicologia, a teologia e a antropologia cultural, que conheceram um desenvolvimento notável, ao longo dos últimos 50 anos, permitiram que se promovessem vastos inquéritos e investigações experimentais, cujos resultados são consignados, em termos gerais, na declaração publicada a seguir.

Contudo, empregam-se, todos os dias, métodos e técnicas novas para controlar os dados obtidos. Na hora actual, é impossível demonstrar que existem entre «raças», do ponto de vista da inteligência e do temperamento outras diferenças que não sejam as que resultam do meio cultural. Se, amanhã, testes mais aperfeiçoados, estudos mais compreensivos viessem provar que as «raças», se distinguem por faculdades ou disposições inatas, a posição moral da U.N.E.S.C.O. não se modificaria.

O racismo é uma manifestação particularmente virulenta e mesquinha de espírito de casta. Caracteriza-se pela crença na superioridade inata e absoluta dum

A UNESCO E A QUESTÃO RACIAL

igualdade e de respeito pela pessoa humana e pela vontade de lhe substituir, explorando a ignorância e o preconceito, o dogma da desigualdade das raças e dos homens».

O Conselho Económico e Social das Nações Unidas, na sua 6.ª sessão, em 1948, dirigiu-se á U.N.E.S.C.O., solicitando-

grupo humano, arbitrariamente definido em relação a outros grupos, também constituídos artificialmente. Longe de se fundamentar em factos científicos, é geralmente um desafio ao método científico. Enquanto ideologia e sentimento, o racismo é, por natureza, agressivo. Constitui um atentado aos valores morais essenciais, lisonjeando o gosto da dominação e exaltando o desprezo pelo homem. A preocupação da dignidade humana exige que todos os cidadãos sejam iguais perante a lei e que beneficiem, em igualdade, das vantagens que ela lhes garante, sejam quais forem as suas diferenças físicas ou intelectuais. Vê, em cada um deles, um ser humano com direito à mesma consideração e a um respeito igual. Perante a consciência universal, o mesmo deve acontecer em relação a todos os povos da terra. Pouco importa, então, que a diversidade dos seus dons seja devida a causas biológicas ou culturais.

O problema da raça, tal como se apresenta na época actual, não pode ser resolvido senão pela acção conjunta de diferentes disciplinas científicas, porque se situa, ao mesmo tempo, nos planos biológico, social e moral. *(Extraído da introdução ao documento que transcrevemos a seguir)*



Texto da declaração de 1950

Origens do homem

1. Os sábios concordam geralmente em reconhecer que a humanidade é uma e que todos os homens pertencem à mesma espécie, Homo sapiens. Por outro lado, admite-se geralmente que todos os homens são provenientes, verosimilmente, duma mesma origem: as diferenças que existem entre os diversos grupos humanos são devidas ao jogo de factores evolutivos de diferenciação, tais como a modificação na situação respectiva das partículas materiais que determinam a hereditariedade (genes), a mudança de estrutura dessas mesmas partículas, a hibridação e a selecção natural. Constituíram-se assim grupos mais ou menos estáveis e mais ou menos diferenciados, que foram classificados de maneiras diversas, com intenções diferentes.

Características do Homo Sapiens

2. Do ponto de vista biológico, a espécie Homo sapiens compõe-se dum certo número de grupos, que diferem uns dos outros pela frequência de um ou de vários genes particulares. Mas estes próprios genes, a que se devem atribuir as diferenças hereditárias que existem entre os homens, são sempre em pequeno número se se considerar o conjunto da constituição genética do homem e a grande quantidade de genes comuns a todos os seres humanos, seja qual for o grupo a que pertencem. Numa palavra, as semelhanças entre os homens são muito maiores do que as diferenças.

Causas das diferenças entre grupos raciais

3. Uma raça, biologicamente

falando, pode pois definir-se como um grupo entre os que constituem a espécie Homo sapiens. Estes grupos são susceptíveis de cruzamentos uns com os outros. Mas, devido às barreiras que os isolaram em maior ou menor grau no passado, apresentam certas diferenças físicas resultantes das particularidades da sua história biológica. Representam as variações dum mesmo tema.

Definição de «raça»

4. Em resumo, a palavra «raça» designa um grupo ou uma população caracterizada por certas concentrações, relativas quanto à frequência e à distribuição, de genes ou de caracteres físicos que, no decurso do tempo, aparecem, variam e, muitas vezes mesmo, desaparecem sob a influência de factores de isolamento geográficos

ou culturais. Cada grupo recebe diferentemente as manifestações variáveis dessas observações afectadas em larga medida pelos nossos preconceitos, estamos inclinados para interpretar arbitrariamente e sem exactidão toda a variabilidade que se manifesta num grupo dado como uma diferença fundamental que o separa dos outros de maneira decisiva.

Deturpação do tema

5. Tais são os factos científicos. Infelizmente na maior parte dos casos, o termo «raça» não se emprega no sentido antes definido. Muitas pessoas chamam «raça» a qualquer grupo humano arbitrariamente designado como tal. É assim que muitas colectividades nacionais, religiosas, geográficas ou culturais em seguimento da aceção muito larga dada a esta palavra, foram qualificadas como «raças», é evidente que os americanos não constituem uma raça, de resto, não mais do que os ingleses, os franceses ou qualquer outra nação, da mesma maneira, nem os católicos nem os protestantes, nem os muçulmanos, nem os judeus representam raças; não se pode definir como grupos «raciais» os povos que falam o inglês ou outra língua; os habitantes da Islândia, da Inglaterra ou da Índia não formam uma raça; e não se poderá considerar como membros duma raça particular os indivíduos que participam da cultura turca, chinesa ou qualquer outra.

Grupos étnicos e não raças

6. Os grupos nacionais, religiosos, geográficos, linguísticos ou culturais não coincidem necessariamente com os grupos raciais e os aspectos culturais destes grupos não têm nenhuma relação genética demonstrável com os caracteres próprios da raça. Os graves erros que resultaram do emprego da palavra «raça» na linguagem corrente levam a desejar que se renuncie completamente a este termo quando se aplica a espécie humana e que se adopte a expressão «grupos étnicos».

Classificação da espécie humana

7. Qual a opinião dos sábios acerca dos grandes grupos da espécie humana que se reconhecem na hora actual?

As raças humanas foram classificadas — e são-no ainda — diferentemente consoante os antropólogos, mas, neste momento, são quase todos unânimes em dividir a maior parte da espécie humana em três grandes grupos, a saber:

- O grupo mongolóide
- O grupo negroide
- O grupo caucásico

Ora, os fenómenos biológicos que foram cristalizados nesta classificação têm um carácter dinâmico e não estático. Esses grupos não eram outrora o que são hoje e há todos os motivos para se crer que mudarão ainda no futuro.

Sub-grupos étnicos

8. Esforçaram-se muitas vezes por introduzir sub-grupos étnicos nesta classificação. Está-se longe de chegar a um acordo quanto ao número dessas subdivisões e, de qualquer maneira, na sua maior parte não foram ainda estudadas nem descritas.

Identidades de aptidões intelectuais dos povos

9. Qualquer que seja a classificação proposta por um antropólogo, nunca faz intervir nela caracteres mentais. Presentemente, admite-se de modo geral que os testes psicológicos não permitem, por eles próprios, avaliar a parte das aptidões inatas, por um lado, e das influências do meio, da educação e do ensino, pelo outro.

Sempre que foi possível eliminar as diferenças devidas às condições do ambiente físico e social, os testes demonstraram a semelhança fundamental dos caracteres intelectuais entre os diferentes grupos humanos. Noutros termos, se o meio cultural der aos elementos dos diferentes grupos étnicos oportunidades iguais de fazerem valer as suas aptidões, eles atingem, em média, resultados comparáveis. As investigações científicas dos últimos anos confirmam portanto as palavras de Confúcio (551-478 A. C.): «A natureza dos homens é idêntica; são os costumes que os separam».

Causas das diferenças culturais entre os povos

10. Os dados científicos de que se dispõe na hora actual não corroboram a teoria segundo a qual as diferenças genéticas hereditárias constituiriam um factor de importância primordial entre as causas das diferenças que se manifestam entre as culturas e as obras da civilização dos diversos povos ou grupos étnicos. Ensinam-nos, pelo contrário, que essas diferenças se explicam acima de tudo pela história cultural de cada grupo. Os factores que desempenham um papel preponderante na evolução intelectual do homem são a sua capacidade de aprender e a sua plasticidade.

Esta dupla aptidão é apanágio de todos os seres humanos. Constitui, de facto, um dos caracteres específicos do *Homo sapiens*.

Diferenças de temperamento entre os grupos humanos

12. Nunca se pode demonstrar de maneira decisiva a existência de diferenças inatas de temperamento entre os grupos humanos. É certo em contrapartida que, seja qual for a natureza das diferenças inatas que possa existir entre os grupos estas são em grande parte apagadas pelas diferenças individuais e pelas que resultam do meio.

Personalidade e carácter

12. Nem a personalidade nem

o carácter dependem da raça. Em todos os grupos humanos se encontram tipos muito variados de personalidade e de carácter e não há razão nenhuma para acreditar que certos grupos humanos estejam a este respeito mais bem distribuídos do que outros.

Cruzamento de raças

13. Todos os factos que se puderam recolher respeitantes aos cruzamentos de raças atestam que nunca deixaram de se realizar desde os tempos mais recuados. A falar a verdade um dos principais mecanismos da formação, extinção ou da fusão das raças é precisamente a hibridação entre «raças» ou grupos étnicos. E o que é mais nunca se pôde estabelecer que os cruzamentos de raças tenham efeitos biológicos nefastos. A teoria segundo a qual os caracteres físicos e mentais desfavoráveis (desarmonia física e degenerescência mental) se manifestavam nos mestiços nunca nãode ser comprovada pelos factos. Não existe, portanto, justificação biológica para impedir o casamento entre indivíduos pertencendo a grupos raciais diferentes.

O mito da raça

14. Convém distinguir entre a «raça», facto biológico e «o mito da raça». Na realidade, a «raça» é menos um fenómeno biológico do que um mito social. Este mito deu origem a um mal imenso no plano social e moral; ainda recentemente

custou inúmeras vidas e causou sofrimentos incalculáveis. Impede o desenvolvimento normal de milhões de seres humanos e priva a civilização da colaboração efectiva de espíritos criadores. Não se poderia tirar partido de diferenças biológicas entre grupos étnicos para praticar o ostracismo ou para tomar medidas colectivas. O essencial é a unidade da humanidade tanto do ponto de vista biológico como do ponto de vista social. Reconhecer este facto e traçar as suas normas de conduta em consequência disso, eis o primeiro dever do homem moderno. Quanto ao mais, trata-se simplesmente de admitir o que um biologista célebre escrevia em 1875: «A medida que a civilização humana se desenvolver e que as pequenas tribus se agruparem em colectividades mais vastas, o simples bom senso fará compreender a cada indivíduo que os seus instintos sociais e a sua boa vontade devem estender-se a todos os membros da nação, mesmo se forem para ele pessoalmente desconhecidos. Uma vez ultrapassada esta fase, apenas obstáculos artificiais impedirão o indivíduo de conceder a sua boa vontade aos homens de todas as nações e de todas as raças». Assim se exprimiu Carlos Darwin, em «A origem do homem» (2.ª edição, pp. 187-188). De facto, toda a história da humanidade prova que o instinto de cooperação é não apenas uma tendência natural do homem, mas que tem raízes mais profundas do que não importa que tendência egocêntrica

ca. De resto, se fosse de outra maneira, os séculos e milénários seriam testemunhas deste desenvolvimento das comunidades humanas no sentido duma integração e duma organização cada vez maiores?

O problema da igualdade entre os homens

15. Examinemos agora as incidências de todas estas considerações sobre o problema da igualdade entre os homens. É necessário afirmar antes de mais, e da maneira mais categórica, que a igualdade enquanto princípio moral não assenta de modo nenhum sobre a tese de que todos os seres humanos são igualmente dotados. É evidente, de facto, que no meio de qualquer grupo étnico os indivíduos diferem consideravelmente entre si pelas suas aptidões. Contudo exageraram-se os caracteres diferenciais entre os grupos humanos e serviram-se disso para contestar a validade do princípio ético da igualdade. Eis porque julgamos útil expor de maneira formal o que foi estabelecido cientificamente sobre a questão das diferenças entre indivíduos e entre grupos.

I. Os antropólogos não podem estabelecer uma classificação racial sobre caracteres puramente físicos e fisiológicos.

II. No estado actual dos nossos conhecimentos, o bem fundado da tese segundo a qual os grupos humanos diferem uns dos outros por características psicológicamente inatas, quer se trate da inteligência ou do temperamento, não foi ainda demonstrado. As investigações científicas revelam que o nível das aptidões mentais é aproximadamente o mesmo em todos os grupos étnicos.

III. Os estudos históricos e sociológicos corroboram a opinião, segundo a qual as diferenças genéticas não têm importância, para determinar as diferenças sociais e culturais existentes entre diferentes grupos; de *Homo Sapiens* e as transformações sociais e culturais no seio dos diferentes grupos foram, no conjunto, independentes das modificações na sua constituição hereditária. Assistiu-se a transformações sociais consideráveis que não coincidem, de modo nenhum, com alterações de tipo racial.

IV. Nada prova que a mestiçagem, por si só, produza maus

resultados no plano biológico. No plano social, os resultados, bons ou maus, a que conduzem são devidos a factores de ordem social.

V. Todo o indivíduo normal é capaz de participar na vida em comum, de compreender a natureza dos deveres recíprocos e de respeitar as obrigações e compromissos mútuos. As diferenças biológicas, que existem entre os membros dos diversos grupos étnicos, não afectam, de modo nenhum, a organização política ou social, a vida moral ou as relações sociais.

Enfim, as investigações biológicas vêm apoiar a ética da fraternidade universal, porque o homem é, por tendência inata, levado à cooperação; e, se este intento não logra satisfazer-se, indivíduos e nações sofrem igualmente. O homem é, por natureza, um ser social, que não atinge o pleno desenvolvimento da sua personalidade senão por meio de permutas com os seus semelhantes. A recusa a reconhecer este elo social entre os homens é causa de desintegração. É neste sentido que todo o homem é o guardião de seu irmão. Cada ser humano não é senão uma parcela da humanidade, à qual se encontra indissolúvelmente ligado.

"Não há judeu nem grego; não há homem nem mulher. Porque todos vós sois um só em Jesus Cristo"

(São Paulo, Epístola aos Gálatas, cap. III, 28)

I. O problema e sua importância

Tem-se posto muitas vezes o problema de saber se é lícito ou não assimilar totalmente o indígena, levando-o a trocar quase por completo a sua cultura pela nossa. Não vamos aqui entrar nessa discussão, mas achamos conveniente recordar que, como cristãos, só temos esse direito em relação aos aspectos da vida indígena que se revelarem incompatíveis com os princípios da doutrina católica. No que toca à vida moral e religiosa, é flagrante essa oposição na maior parte dos casos e não vamos perder tempo a demonstrá-lo.

Quanto ao aspecto material, não há propriamente uma incompatibilidade pois qualquer grau de aperfeiçoamento técnico pode servir de base para um reino «que não é dest...

Há cristãos europeus, chineses, indianos, cada qual vivendo segundo os seus usos costumes, embora modificados nos seus aspectos mais antagônicos e, no entanto, todos cristãos.

Não é, cremos, imprescindível conhecer álgebra ou saber explorar e utilizar o petróleo, para se saber tomar Cristo como Caminho, Verdade e Vida.

No entanto, a experiência mostra que há certos factores de ordem material, que não só facilitam mas são preciosos auxiliares para se poder viver cristãmente: o melhoramento das condições económicas, a abertura de novos horizontes intelectuais, etc., podem bem ilustrar o que acabamos de dizer.

Sendo assim, impõe-se uma obrigação verdadeiramente apostólica ao colonizador: educar; educar o indígena, como vimos, em todos os aspectos

da sua vida — material, moral e espiritual — nuns mais, noutros menos, consoante os valores que se pretendem atingir — no nosso caso trata-se, não o esqueçamos, de Cristianizar.

Ora, em relação aos homens, tem-se prosseguido uma política educativa que, embora um tanto irregular e nem sempre bem definida, se pode considerar relativamente satisfatória, se a confrontarmos com a que se tem feito em relação à mulher indígena. E eis-nos chegados ao ponto mais importante da questão que hoje vamos focar: a mulher indígena, devido ao papel que desempenha no agregado familiar e tribal, à sua mentalidade e à dos homens sob cuja autoridade vive, a velhas tradições e a outras muitas razões conhecidas e ignoradas tem sido na sua maioria «esquecida» pelo colono europeu.



O Problema da Educação da Mulher Indígena



Dizemos colono e não país colonizador, pois felizmente, as entidades responsáveis há já bastante tempo que acordaram para o problema, tendo sido tomadas medidas de protecção, como, por exemplo, em relação ao trabalho, o princípio do encorajamento do recrutamento por grupos familiares, a proibição do emprego obrigatório das mulheres, a protecção das colectividades indígenas, etc.

É-nos grato referir aqui que tem sido Portugal quem, nas últimas conferências internacionais em que se têm debatido problemas africanos — conferências do trabalho, do bem-estar rural das populações africanas, etc. — mais tem insistido neste assunto, chamando a atenção das outras Nações colonizadoras para a gravidade do problema e as enormes proporções que hoje atinge.

De qualquer modo, porém, não basta uma visão clara do assunto por parte do legislador. É aos colonos que compete realizar, na prática, este objectivo e não cremos que haja exagero em afirmar que a educação deve começar por lhes ser ministrada a eles próprios. Educação no sentido de lhes fazer compreender a sua responsabilidade moral, e educação pelo ensino da psicologia, hábitos e modo de ser da mulher indígena.

Não há melhor forma de educar do que conhecer e lidar de perto com os educandos.

Posto o problema nas suas linhas gerais, vamos dar uma rápida vista de olhos por um ou outro dos aspectos da vida

da mulher indígena, mais susceptíveis ou mais necessitados de sofrer uma acção educativa intensa e imediata.

Limitar-nos-emos a referir alguns, e esses mesmos muito sucintamente, pois a falta de espaço — e de tempo — com que lutamos, não nos permite ir mais além.

II. Fases da vida da mulher indígena

Assim, começaremos por fazer referência às principais que são, por assim dizer, pontos de passagem obrigatória para todas elas, tendo por isso uma importância que o descuidado espectador passivo dum batuque não pode conceber.

Logo ao nascer surgem problemas gravíssimos determinados pela falta de conhecimentos de higiene e medicina, relativos ao parto. Desconhecem-se ou olham-se com desconfiança as «mêzinhas dos brancos», de modo que, mesmo em regiões onde existe um hospital ou, pelo menos, há um médico branco, é frequente preferirem-se os métodos tradicionais. De tais métodos não vale a pena fazer a descrição pois variam muito de lugar para lugar, embora todos tenham, mais ou menos, idênticas consequências. Referiremos apenas, para dar uma ideia da sua importância, a prática generalizada em certas regiões do NW de Moçambique que consiste em, quando o nascimento demora, uma das velhas que assistem à doente saltar para cima do seu ventre donde, à força de pulos, tenta

expulsar o feto...

A solução para estes e outros casos está em conseguir obter a confiança dos indígenas — deles e delas — nos nossos tratamentos e é, evidentemente, à mulher civilizada que cabe a maior responsabilidade nessa tarefa.

A elevada mortalidade infantil durante os primeiros anos da infância é outra faceta deste problema que, felizmente, vai tendo cada vez menos importância, devido à luta contra a doença do sono, paludismo, etc., que as nossas brigadas têm travado.

Dos ritos de passagem das raparigas à adolescência, ou « *festa de puberdade* », como são vulgarmente conhecidos, abste-mo-nos de falar, limitando-nos a chamar a atenção para os aspectos morais de certas cerimónias realizadas por essa ocasião.

Finalmente, com o matrimónio, surgem novos problemas, talvez os mais importantes na vida da mulher indígena.

Para que uma rapariga se case não precisa normalmente, de se preocupar em escolher noivo, como é uso entre nós. Os pais se encarregam disso, quer ela queira quer não, muitas vezes quando ela tem dois ou três anos de idade. Sobre a liberdade na escolha do marido, diz-nos a irmã Marie André, ao descrever um recenseamento a que teve ocasião de assistir numa vila do país Mossi:

«...Atrás dele vem um chefe: 74 anos. Tem duas mulheres (40 e 43 anos), quatro filhos,

e uma noiva de quatro anos.

Um terceiro, 66 anos, tem 5 mulheres, 2 filhos, e 2 noivas de 15 e 6 anos; mas o seu filho mais velho de 26 anos é ainda solteiro! (Soeur Marie André du Sacré-Coeur — «La Condition humaine en Afrique Noir» — Bernard Grasset Editeur pág. 40 e seguintes).

Para que o contracto do casamento se verifique é necessário que o noivo se apresente com o respectivo «lobolo» ou «alambamento», fixado pela família da noiva depois de longa e complicada discussão com a família do pretendente. Finalmente, depois de paga a quantia—em dinheiro, vacas, cabras, enxadas e outras coisas, conforme a região—faz-se a troca e a rapariga passa a ir viver com a família do marido. Nós dizemos: «Quem casa, quer casa», traduzindo assim a independência do novo casal em relação às respectivas famílias. Entre os africanos as coisas passam-se de um modo diferente; a jovem esposa ingressa num lar já constituído, e passa a trabalhar para a família do marido com quem vive até ao fim dos seus dias.

Este sistema do «lobolo» sendo, como é óbvio, de efeitos altamente prejudiciais, sobretudo para as indígenas já em evolução, tem, no entanto, certas vantagens que não são de desprezar. A quantia entregue pelo noivo representa uma garantia de fidelidade da mulher, pelo menos durante um certo tempo; se, durante esse tempo, ele tiver razões de queixa, devolve-a à procedência, sendo a família

dela obrigada, segundo os seus usos e costumes, a restituir-lhe a soma que a noiva tinha custado. É mais ou menos o que se passa com os automóveis e máquinas de barbear garantidos durante um certo período pelos fabricantes...

O «lobolo» funciona assim de travão em relação à mulher que é vigiada tanto pela família do marido como pela sua própria, interessada em não perder a sua parte no negócio. Esta vantagem, que é maior do que à primeira vista se pode imaginar, não compensa, no entanto, os inconvenientes que de tal falta de liberdade podem advir para uma nativa em vias de ser assimilada, como já dissemos, o que a nossa lei reconhece, ao declarar que «a mulher indígena não pode ser obrigada a casar contra sua vontade»; devendo as autoridades administrativas intervir sempre que isso lhes seja pedido. Neste capítulo, a mulher europeia deve, pois, limitar-se a inculcar na sua congénere indígena a noção do seu direito à escolha do companheiro—o que já não será pouco—deixando o resto a cargo das autoridades competentes.

Para evitar desânimos, por um lado, ou entusiasmos fáceis, por outro, deve ter-se sempre em conta que transformações de mentalidade desta natureza não se operam de um dia para o outro. (Lembramos, a propósito, o que aconteceu na Argélia, quando, cedendo ante as insistências do anti-colonialismo soviético e americano, a França decidiu adoptar «pro-

cessos rápidos de descolonização: concederam-se aos indígenas direitos de cidadania idênticos aos de qualquer parisiense o que teve, entre outros brilhantes resultados, o dos novos cidadãos se furtarem à vacina obrigatória, baseados no direito de liberdade individual, escondendo-se em casa, cobertos pelo princípio da inviolabilidade da residência...)

Outro aspecto importante da vida da negra africana é o regime de matriarcado, que consiste em a descendência se fazer pelo ramo materno, de modo que o pai de família exerce o seu poder paternal não sobre os seus próprios filhos mas sobre os das suas irmãs. Este regime, praticado na sua pureza no Senegal e na Costa do Marfim, está, segundo cremos, bastante modificado no nosso ultramar, em virtude da acção e do exemplo portugueses. Em todo o caso, subsistem, em certas tribos, determinadas facetas de tal sistema que importa examinar com cuidado.

Temos, em primeiro lugar, e com mais acuidade do que qualquer outro, o problema do «levirato». Trata-se do costume de, por morte do marido, as viúvas e filhos transitarem para a posse do irmão do defunto, passando automaticamente a ser suas mulheres e a trabalhar para si.

Tal costume é mais uma das muitas restrições à liberdade da mulher indígena, de modo que a nossa lei o proíbe pura e simplesmente.

Há quem defenda, com certa lógica, que o «levirato» tem



em vista a protecção da viúva e dos orfãos, sendo assim como um seguro para a família do morto. Mas, se isso é certo para alguns casos, noutros torna-se numa protecção forçada, num abuso de autoridade, que, numa politica de assimilação como é a nossa, está evidentemente condenada a desaparecer. Parece-nos que a única solução é uma acção simultaneamente educativa e de assistência que possa dar à mulher uma garantia de apoio, daquele apoio que ela já não encontra na família, cujos usos e costumes abandonou.

III. Papel da mulher na economia indígena. A destribilização e suas consequências

As tarefas mais pesadas, como o corte das árvores, e as que exigem mais destreza e implicam maior risco, como a caça, a pesca, etc., reservam-se aos homens para si; as mais leves—a cultura dos produtos de que necessitam para a sua alimentação a tarefa de pilar o milho, de preparar a comida e outros são destinados às mulheres, que se tornam assim um precioso instrumento de trabalho na economia indígena.

Por seu lado, a necessidade de mão-de-obra, que é um dos maiores problemas das empresas dos colonos, leva a contratar os homens em grande número, ficando muitas vezes as aldeias quase reduzidas aos velhos, às mulheres e às crianças. O principio do encorajamento do recrutamento por grupos familia-

res, embora previsto na lei, como já referimos, e em parte posto em execução, não está ainda suficientemente generalizado para impedir os efeitos deste tipo de destribilização—verdade seja que são muitas vezes as próprias mulheres quem se recusa a acompanhar o marido. O resultado disto é um empobrecimento do nível geral de vida da aldeia que leva não poucas vezes, a mulher a «arranjar outro marido» que lhe garanta o sustento e o dos filhos, se os tiver, ou a emigrar para os grandes centros urbanos onde passa de mão em mão, acabando por se acomodar nesse estilo fácil de vida.

E aqui chegamos ao aspecto mais alarmante que o problema ameaça tomar: nos bairros indígenas, junto das grandes cidades, é cada vez maior o número de habitantes, verdadeiros destribilizados—com tudo o que de mau a pa.avia comporta—e o número de raparigas indígenas que lançam mão da prostituição aumenta dia a dia.

É raríssimo por exemplo, conseguir-se uma criada preta para o serviço doméstico. Regra geral, são os homens que o fazem, limitando-se as mulheres a trabalhar como lavadeiras, vendadeiras de fruta, etc., ou ficando a viver em qualquer ponto do bairro indígena a expensas do «marido» que trabalha na «casa do branco».

Assim, afastadas de todo o convívio com a mulher europeia, copiam-lhe os hábitos que podem de longe observar, perdidas num meio totalmente diferente do seu meio primitivo,

elas deixam de ser o que eram sem passar a ser qualquer coisa de definido—são apenas uma caricatura.

Do que ficou dito, não se pense que tudo está por se fazer no sentido de educar a mulher indígena, ou que o problema tem sido descuidado por toda a gente. Muita coisa há já feita e bastantes pessoas se têm interessado pelo assunto. O que há, porém, e este é o maior problema, é que ainda resta muitíssimo trabalho a fazer—e esse trabalho durará enquanto houver gente por assimilar.

É a mulher civilizada, repetimos, que compete sobretudo a tarefa de puxar pela sua irmã indígena, aproveitando as afinidades de temperamento que possuem, procurando, pelo estudo e pelo convívio, penetrar na sua psicologia e modificá-la pouco a pouco com muito tacto e—especialmente—muito carinho.

Visitas de caridade com uma nota de 20\$00 e uns pacotinhos de qualquer coisa na mão, de duração máxima de cinco minutos—por causa do cheiro ou duma partida de canasta inadiável—não são, evidentemente, a solução do problema.

Importa montar e trabalhar efectivamente em obras de assistência, enfermagem, ensino, etc., com pessoal escolhido, movendo-se bem nos centros de actividade do indígena de modo a marcar uma presença efectiva, que acorra prontamente às suas necessidades e os possa conduzir e unificar.

Desde o ensino da catequese

às crianças—de modo que elas percebam—até ao trabalho maçador de gabinete, as oportunidades de contactar com os indígenas são inúmeras. Há sempre ocasião de nos interessarmos por este ou por aquela, de levar Cristo às outras almas; e, mesmo que não a houvesse, um bom exemplo, dia a dia, era já um óptimo auxiliar.

Há, no estrangeiro, certos territórios em que homens e mulheres especializados em certas profissões—geralmente rapazes e raprugas recém-formados—fazem contratos com as missões para junto das quais vão viver durante um ou mais anos, desenvolvendo, a par da sua actividade profissional, um óptimo trabalho de apostolado em colaboração com os missionários.

É o chamado «espírito de missão». Entre nós o sistema ainda não foi convenientemente ventilado; mas parece-nos que, para já, e com o mesmo espírito se pode fazer coisa muito semelhante, por conta própria ou não, conforme as possibilidades de cada um.

No Mato, grande parte da obra das missões se perde, devido à reintegração do indígena nos seus usos e costumes tribais que rapidamente absorvem o produto de anos de esforço dos missionários. Há que os vigiar, continuamente, amparando-os e assistindo-os, tanto espiritual como materialmente. Já assim era na época dos aldeamentos indígenas dos jesuitas no Brasil e assim continuará, se os leigos não colaborarem efiscazmente com os ministros

de Deus. O mesmo se pode dizer—ou pior ainda— das dificuldades que surgem em relação aos destribilizados.

Não nos alongaremos mais sobre este assunto. O exemplo dos que têm dado ao trabalho de educar a mulher indígena o melhor do seu esforço—e nesse número há que sublinhar as irmãs religiosas — esse exemplo é um caminho aberto para quem o queira trilhar. Há muito ainda que abrir; muitas coisas que a experiência mostrou terem de se emendar. Há que

ensinar a ler e a contar, a fazer costura e a trabalhar com máquinas, e há também—e sobretudo—que ensinar a palavra e a vida d'Aquele que É.

Aqui ficam sugestões, retalhos, observações. Esperamos que dêem uma ideia da gravidade do problema em causa.

Não é concerteza um «encontrão» nem mesmo uma «sacudida»; mas era tão bom que fosse...

Antônio D. A. Carmo
Ercília R. O. Maia

*Ceci est ma prière vers toi, mon seigneur — frappe,
frappe à la racine cette ladrerie dans mon coeur.*

*Donne-moi la force de supporter légèrement mes
chagrins et mes joies.*

*Donne-moi le force de rendre mon amour abondant
en services.*

*Donne-moi la force de ne jamais désavouer le pauvre
ni plier le genou devant le pouvoir insolent.*

*Donne-moi la force d'élever mon esprit loin au-
dessus des futilités quotidiennes.*

*Et donne-moi la force de soumettre ma force à ta
volonté avec amour.*

R. TAGORE, in L'offrande lyrique



Notas sobre perspectivas económicas do Ultramar

pelo Dr. Mário Murteira

1 África e o capitalismo industrial

O continente africano tem cerca de 200 milhões de habitantes — o que representa 8% da população mundial em 23% da superfície terrestre — dos quais apenas 5 milhões são de origem europeia, vivendo 2,5 na União Sul Africana. Em 1948, a F.A.O. obteve uma estimativa, segundo a qual 74% da população se ocupa na agricultura, percentagem mais elevada do que em qualquer outro continente, índice que nos fornece já uma ideia do estado da economia africana. Assim, das três regiões que, do ponto de vista económico, podemos considerar em África — ao norte do Saara, região intertropical e União Sul Africana — só a última apresenta um nível de desenvolvimento análogo ao europeu. Na zona que mais nos interessa, por nela se encontrarem as duas mais importantes parcelas do nosso Ultramar, a região intertropical, foi estimado o rendimento nacional *per capita* em 50 dólares, valor baixíssimo, sabendo-se que, por exemplo, na Europa (excluindo a U.R.S.S.) se ultrapassam os 370.

Pode parecer estranho que o

capitalismo industrial, nos fins do séc. XIX tão interessado pelas exigências do desenvolvimento próprio no aproveitamento económico das colónias africanas, tenha obtido em África resultados, de certo modo, tão minguados. Com efeito, as grandes potências industriais, ao intensificarem a transferência dos seus recursos populacionais da agricultura para a indústria, necessitavam, ainda pelo crescimento da população metropolitana, de obter maiores quantidades de produtos agrícolas das suas colónias; também estas lhes podiam fornecer mercados mais amplos para as indústrias, produzindo em escala cada vez maior. Mas o aproveitamento económico de África não é fácil, devido, em regra, entre outras razões, à baixa produtividade agrícola e à escassez de mão de obra; por outro lado, dos progressos que os países colonizadores foram conseguindo, nos territórios ultramarinos, só uma reduzida camada da população beneficiou. É assim que, na região mais evoluída de África, a União Sul Africana, a dualidade, na organização da sociedade entre brancos e negros, não é superada pelo desenvolvimento, mas mais acentuada, ao verificar-se que a população indígena está

longe de partilhar equitativamente nos benefícios do progresso que os brancos provocaram, e que não estão facilmente dispostos a distribuir, apenas, por motivos de justiça social. Compreende-se este facto, porque todo o desenvolvimento africano se deve a capitais e técnicos provenientes da civilização colonizadora; deste modo, mesmo quando progressiva, a economia nativa tende a manter-se aquém do estrato de população predominantemente branca que, mais de perto, acompanha o progresso.

2 As economias de Portugal Europeu e do Ultramar completam-se ou tendem a tornar-se independentes?

Quando, em 1884, na conferência de Berlim, se definiu a partilha de África entre as potências europeias. Portugal não podia pensar no aproveitamento económico dos extensos territórios sob o seu domínio à escala do que os países industriais, e, sobretudo a Inglaterra e a Alemanha, necessitavam de conseguir. Verdadeiramente, só hoje nos preocupamos com problemas próprios dum país industrializado, e, mesmo assim, apenas porque estamos a tentar,

agora, o caminho da industrialização, não por vivermos já esse estado de desenvolvimento económico; tal caminho, porém, decorre, a meio do séc. XX, num quadro de condicionamentos políticos, sociais e económicos profundamente diverso daquele vivido pelos países que se industrializaram, com um atraso relativamente diminuto, em relação à Revolução Industrial Inglesa. Necessitamos, também, de matérias primas para as indústrias e produtos alimentares numa população crescente; mas muito maior é, para nós, a exigência dos mercados ultramarinos, para a colocação difícil dos produtos industriais, num mundo, em que muitos já trilharam o caminho, em que hoje ensaiamos os primeiros passos. Só o futuro dirá, se o nosso atraso no campo económico não representa, pelo menos em relação aos territórios ultramarinos, algo de pior que alcançar uma determinada meta, depois doutros concorrentes, pois pior do que chegar tarde

significa, em pura lógica, nunca chegar...

Com efeito, analisando informações publicadas pelas Nações Unidas, verificamos que Angola e Moçambique são, entre todas as colónias de África, os territórios ultramarinos que menores percentagens das suas trocas internacionais mantêm com a Metrópole. (Vd. mapa n.º 1).

O quadro publicado em «Relatório sobre as condições económicas em África» da O.N.U., e donde este é extraído, inclui os mais importantes territórios africanos da Bélgica, Inglaterra, França e Portugal. Os menores valores da soma de I com E são os portugueses; ainda, de 1937 para cá, a nossa situação, neste aspecto, piorou comparativamente aos outros países.

Este quadro significa que, por exemplo, 77,5 % das importações da Argélia provém da França, enquanto Angola apenas importa de Portugal 45,5% da totalidade das suas importações.

Torna-se neccessária uma ex-

plicação, para que se compreenda melhor o que significa esta distorsão das economias de Angola e de Moçambique em relação à economia metropolitana. Dentro de certos limites, o ideal a atingir por uma política de solidariedade económica entre Portugal europeu e os nossos territórios ultramarinos, pode exprimir-se assim: Angola e Moçambique deveriam especializar-se na produção dos bens necessários à Metrópole que esta não pode, ou pode apenas em condições mais desvantajosas obter; por outro lado, o Ultramar deveria ter a sua economia organizada de molde a, sem sacrificio para o seu próprio desenvolvimento, fornecer um escoamento vantajoso para os artigos das indústrias metropolitanas. Ora, na medida em que a grande parte das necessidades de Angola e Moçambique não pode ser satisfeita, por importações de origem portuguesa, e que também a maior parte das suas produções não interessam ao Portugal Euro-

MAPA N.º 1

Percentagens do comércio total dos territórios ultramarinos de Africa orientado para as respectivas metrópoles (1949)

	Importações (I) % Total	Exportações (E) % Total	I + E
Congo Belga	39,3	46,3	85,6
Argélia	77,5	76,2	153,7
África Equatorial Francesa	64,2	76,0	140,2
Rodésia do Norte	34,2	56,8	91,0
Niassalândia	55,3	79,6	134,9
Angola	45,5	33,6	79,1
Moçambique	29,7	38,0	67,7



peu, aquele objectivo fica longe de ser razoavelmente concretizado.

Um outro aspecto fundamental das relações entre o desenvolvimento económico da Metrópole e do Ultramar deve ser salientado: se toda a política de crescimento económico tem, na sua base, uma relação população-recursos e se os aumentos de rendimento nacional não são compatíveis com os acréscimos populacionais, a um nível satisfatório de progresso, são de admitir, em relação à população metropolitana, correcções efectuadas através da emigração ou da colonização. Ora, parece mais conforme, à política ultramarina tradicional no nosso país, a segunda das duas soluções apontadas. Como compreender, então, que de 1950 a 1954, por cada dez portugueses que aumentam o capital humano da Metrópole, seis fiquem no país, três vão para o estrangeiro e, apenas, um vá povoar o nosso Ultramar, de tão fraca densidade populacional e, sobretudo, tão necessitado de mão de obra e técnicos, capazes de pôr em acção um plano de desenvolvimento? A única resposta é que a colonização se não manifesta, nas condições actuais, solução sa- Angola tende a exportar com-tisfatória do problema dos nos-sos excessos populacionais.

3 Angola: imagem dum-a economia instável

Na impossibilidade duma vi-são exaustiva dos aspectos eco-nómicos de todo o Ultramar

português, salientemos alguns pontos fundamentais da nossa mais importante província u-tramarina.

Encontrando-se na zona in-tertropical, Angola reveste-se das mesmas características ge-raís da região: extrema depen-dência em relação ao exterior e uma actividade económica in-dígena orientada, na maior par-te, para a produção agrícola, imediatamente aplicada na sa-tisfação das necessidades ali-mentares próprias. Em comple-mento do que já atrás disse-mos, devemos acrescentar que parativamente cada vez menos para a Metrópole (em 1955, 28,2 % das exportações desti-naram-se aos E.U. e Canadá e, apenas 22,52 % para a Me-trópole), enquanto as impor-tações aumentam ligeiramente (aliás, no mesmo ano, 23,48% das exportações metropolitanas de-tinam-se ao Ultramar, ten-do o mercado angolano absor-vido 13,05%, o que denota a importância da província no complexo económico português). Na ausência de quaisquer es-tatísticas sobre o rendimento nacional — como aliás sucede na maior parte dos territórios africanos — os elementos mais rigorosos de que dispomos para a análise da actividade econó-mica da província respeitam à sua balança comercial: sobre-tudo à composição das suas exportações e importações. (Vd. mapa n.º 2).

A ideia, que se recolhe do quadro, é a grande dependên-cia da economia em relação a dois produtos fundamentais: ca-fé e diamantes concentram mais

dê metade das exportações. Compreende-se a extrema vul-nerabilidade de Angola, perante uma queda nas cotações mun-diais do café ou uma má co-lheita. Vê-se ainda como, nas condições actuais, surge utó-pico o objectivo ideal da espe-cialização ultramarina na pro-dução dos bens necessários à Metrópole. De salientar que, nos últimos anos, só parece te-rem aumentado as extensões das culturas do café e do sisal, em virtude das suas altas cota-ções, em detrimento das restan-tes culturas. A indústria trans-formadora reduz-se práticamente aos derivados da pesca, pois as outras indústrias existentes, incluindo as que produzem, so-bretudo, para o mercado inter-no, não têm ainda grande signi-ficado económico.

No que diz respeito às im-portações, verifica-se, em 1955, a seguinte composição em cerca de 70% do total: (Vd. mapa n.º 3)

Angola necessita, pois, de ir buscar fora das suas fronteiras, práticamente, tudo. O grande predomínio de bens de consumo duradouros (automóveis, rádios, máquinas de costura, etc., etc.) e de produtos alimentares indica o estado primário da economia, onde nem sequer uma procura notável de equipamento se ve-rifica.

Podê ocorrer que esta ima-gem muito incompleta, mas algo pulação branca concentra-se em cidades e mais de um quarto decepcionante da economia tí-picamente subdesenvolvida de Angola, deva, em breve, ser alterada, em consequência da

MAPA N.º 2

Principais exportações de Angola em 1955:

Total exportado: 2.804.605 contos

<i>Actividades (percentagens)</i>		<i>Principais produtos (percentagens)</i>	
— Agricultura	63,23	Café	44,41
— Indústrias	28,6	Sisal e desperdícios	7,00
Extractivas	13,8	Algodão em rama	3,32
Transformadoras	14,8	Milho	3,10
		Diamantes	12,14
		Farinha de peixe	7,23
		Peixe seco	2,02
		Açúcar	2,96

Total da amostra classificada: 91,83 %

descoberta de petróleo na província. Embora ainda se não possa fazer previsões muito seguras sobre o futuro económico dessa descoberta, a experiência análoga doutras economias subdesenvolvidas, onde investimentos maciços do estran-

geiro foram efectuados, não nos devem tornar excessivamente optimistas: é errado ligar as remunerações elevadas do capital aplicado, de origem exterior, à economia com o rápido desenvolvimento global desta por virtude desses investimen-

tos altamente lucrativos. Uma coisa pode implicar a outra, numa escala muito limitada.

4 Fomento do Ultramar

O actual plano de fomento incidiu nas nossas províncias



MAPA N.º 3

Principais importações de Angola em 1955 (percentagens):

Total importado: 2.687.948 contos

Energia	5,4
Matérias primas para a agricultura	0,7
Matérias primas para a indústria	4,4
Equipamento para a agricultura	0,9
Equipamento para a indústria	13,6
Bens de consumo duradouros	24,7
Produtos alimentares	16,1
Outros artigos de consumo	3,9

Total da amostra classificada 69,7 %

ultramarinas, como seria de esperar, sobretudo numa infra-estrutura de elementos básicos da actividade económica: centrais eléctricas, vias férreas, instalações portuárias, obras de irrigação, encontrando-se ainda verbas avultadas para estudos de povoamento e de prospecção geológico-mineira. Um dos objectivos fundamentais a seguir, no mais curto prazo possível, parece ser a concepção duma politica racional de povoamento e a criação das condições necessárias para o pôr em prática. Por exemplo, em Angola, mais de metade da população encontra-se, ainda, 80% dos agricultores europeus localizados nos planaltos de Huila e Benguela, o que fornece uma ideia clara da im-

perfeição da ocupação humana do território, quaisquer que sejam os critérios informadores da politica de povoamento escolhida. Além disso, para o próximo plano, é de desejar que, na medida das dificuldades inerentes à industrialização da Metrópole, se atenda ao principio de complementariedade das sociedades metropolitana e ultramarina, no sentido de, embora tardiamente, algumas vantagens económicas importantes se conseguirem para ambos os lados. Como vimos, o grau de solidariedade económica, actualmente existente entre o Portugal Europeu e o Portugal Ultramarino, é reduzido, em comparação com o verificado nos outros territórios africanos, dependentes de pai-

ses europeus; talvez, que ainda seja possível evitar, dalgum modo, o agravamento das tendências actuais, sobretudo desde que não se pense no problema da industrialização da Metrópole, em termos exclusivamente europeus. O nosso subdesenvolvimento económico, em que todos, hoje, sentem tanto interesse em falar, tem esta grande característica sui-generis: é o subdesenvolvimento duma metrópole com extensos territórios ultramarinos, situação que nenhum outro país, subdesenvolvido do mundo, experimenta actualmente. Ter-se-á pensado, alguma vez, nas angústias e interrogações que esta consciência dum subdesenvolvimento a uma escala «pluri-continental», nos traz necessariamente?

Se do indígena fossem ensinadas técnicas aperfeiçoadas e fornecidos capitais suficientes o seu trabalho poderia vir a ser tão produtivo como o do europeu ou do americano.



Maria do Rosário
1931

É difícil precisar a situação actual das missões portuguesas em África, não só porque o problema missionário é complexo, como também porque escasseiam os elementos que nos poderiam ajudar a estudá-lo. O quadro que no final se apresenta é bastante significativo quanto ao que se passa nas nossas duas mais importantes províncias ultramarinas — Angola e Moçambique — e pode servir de ponto de partida para algumas observações.

Os dados expostos permitem-nos constatar que, em Angola, um missionário tem a seu cargo perto de 9.400 pessoas das quais apenas 3.300 são católicas e que, em Moçambique os números variam para 20.675 e 1.635 respectivamente. O panorama é demasiado claro quanto a conclusões a tirar. Não tenhamos ilusões. É absolutamente impossível a um missionário corresponder ao esforço que lhe é exigido nestas circunstâncias.

Este facto — desproporção entre o número e o total da população — é ainda agravado pela limitação de recursos materiais.

Os evangelizadores lutam, senão com falta dos meios necessários para a construção de novos edifícios — escolas, oficinas, igrejas — pelo menos com reduzida utilização de alguns instrumentos, hoje em dia necessários, para a expansão da acção missionária — rádio, cinema, etc. O auxílio

do governo, por si só, não é suficiente para remover todas as dificuldades.

Um outro facto importante no que diz respeito a obstáculos encontrados pelos missionários relaciona-se com a infiltração progressiva das religiões não católicas que, dispondo de possibilidades mais eficientes e aliciantes, obtêm resultados quase sempre positivos.

O protestantismo, em Angola e na região de Lourenço Marques, tem alastrado de modo a poder causar alarme à evangelização católica.

A verdade impõe-se e temos de a aceitar. Na base da expansão do protestantismo, estão a boa vontade e o

espírito de sacrificio de muitos protestantes que concorrem com 10 % dos seus lucros anuais para a pro-

pagação do seu credo e evangelização dos povos gentios. É mediante tão avultada contribuição que os seus missionários podem estabelecer boas escolas, hospitais, maternidades, postos de assistência e contribuir para melhoria do nível de vida dos mais necessitados.

Nas 48 missões protestantes de Angola — 17 americanas, 25 inglesas, 2 suecas, 2 suíças e 2 portuguesas — a assistência médica crescente aparece como o melhor e mais convincente meio de elevação do indígena. No que respeita a assistência sanitária não podemos, no entanto, deixar de salientar que muito têm feito as mis-

Missões

Fundação Cuidar o Futuro



Necessidade do clero indígena

«Há um ponto sobre o qual importa que quantos presidem aos destinos de uma Missão façam convergir de um modo especial os seus cuidados: o recrutamento e a educação de ministros sagrados entre os filhos do povo que evangelizam.

Esta é a maior esperança dessas novas igrejas, porque o sacerdote indígena, tendo de comum com os seus conacionais a origem, a indole, a mentalidade e as aspirações, está maravilhosamente preparado para instilar em seus corações a Fé, já que, melhor do que ninguém, conhece o modo de os persuadir. E assim sucede que ele encontra, muitas vezes, fácil entrada onde o sacerdote estrangeiro não consegue meter pé.

(Carta Encíclica «Miseram Illud» de Bento XV)

A Acção Católica e as Missões

Desejamos, portanto, que em toda a parte na medida do possível, se constituam associações de homens e mulheres católicas, de estudantes, de operários, de artífices e de desportistas e, além disso, outras organizações e piedosos agrupamentos, que se possam chamar tropas auxiliares dos Missionários...

E como a juventude sobre-

ções católicas, graças, em grande parte, ao auxílio do Estado e à generosidade dos fiéis.

O islamismo, estendendo-se sobretudo ao N. de África e Sul-Occidental da Ásia, tem, hoje, cerca de 200.000.000 de adeptos. E, embora estes pretendam conservar-se impenetráveis a quaisquer influências estranhas, o comunismo tem-nos utilizado a seu favor, formando «leaders» nas escolas de Moscovo, influenciando os estudantes muçulmanos, para que estes, nas suas terras de origem, possam ser os divulgadores da sua doutrina.

Independentemente da acção que exercem sobre os islamitas, os comunistas procuram influenciar todos os estudantes africanos que vêm para a Europa e para a América. E isto porque vêem, neles, possibilidades de virem a ser os mais entusiastas transmissores da sua doutrina. Mercê de uma propaganda corajosa e de uma acção mais ou menos directa, as teorias comunistas vão-se infiltrando nos mais diversos meios.

Nas suas linhas gerais, é esta a situação actual do Ultramar. E o Ultramar português ressentir-se disso.

Atendendo a que a sua população é de 12.075.000 habitantes e que destes apenas 2.050.000 são católicos,

	População	Católicos	
		N.º	% em relação ao total
Angola	4.500.000	1.120.000	25 %
Moçambique	5.800.000	425.000	8 %

tudo a que se dá às letras e aos estudos superiores, há-de fornecer os mentores do futuro, ninguém deixará de reconhecer quanto importa, que haja particular cuidado das escolas pri-

márias, secundárias e universitárias...

Quanto à medicina e à cirurgia, será muito conveniente solicitar o auxílio de leigos diplomados, que aceitem de boa

compreende-se, facilmente, que os Papas tenham apelado, de um modo particular, para a necessidade de exercer no nosso Ultramar uma acção evangelizadora sistemática e consciente. Para isso não cessam de trazer, a primeiro plano, as responsabilidades que a todos nos cabem, quando se trata da divulgação da Fé. E, na verdade, o problema da acção missionária só poderá encontrar justa solução, quando os esforços de todos — sacerdotes, médicos, operários, engenheiros, etc. — se reunirem para um mesmo fim. E isto porque, isolado, o missionário encontra-se rodeado de dificuldades que não pode ultrapassar.

Quanto a nós, estudantes universitários, compete-nos, em 1.º lugar, uma tomada de consciência da verdadeira dimensão do problema da acção missionária. E a esta, devemos juntar uma função de esclarecimento junto dos nossos colegas.

Finalmente, cumpre-nos uma atitude de generosidade que nos permita aceitar tudo o que nos for pedido, para que a divulgação do Catolicismo, junto daqueles que o não conhecem, possa ser uma realidade.

Fundação Cuidar o Futuro

N.º de Padres	Número de pessoas para cada padre		
	Total	Católicos	Acatólicos
340	13.240	3.300	9.940
260	22.310	1.635	20.675

vontade abandonar a própria pátria a fim de se pôem à disposição dos Missionários...

... No que respecta à assistência social será conveniente recrutarem, quanto possível, lei-

gos católicos bem preparados, honestos e hábeis, que tomem à sua conta lançar e desenvolver tais iniciativas».

(Carta Encíclica «Evangelii Praecones» de Pio XII).

«O apóstolo é mensageiro do Evangelho. Não tem o encargo de transplantar a civilização especificamente europeia para as terras de Missões. Mas deve preparar esses povos, que se orgulham às vezes de civilizações milenárias, para acolherem e assimilarem os elementos de vida e de moral cristã, que fácil e naturalmente se adaptam a toda a verdadeira cultura profana e lhe conferem a plena capacidade e força de assegurar e garantir a dignidade e felicidade humanas».

(Carta Encíclica «Summi Pontificatus» de Pio XII)

Respeito de tudo o que é bom na civilização e nos costumes dos diferentes povos

«A Igreja, desde a origem até hoje, sempre seguiu a norma prudentíssima de não permitir que o Evangelho destruía, nos vários povos que o recebem, qualquer parcela da bondade e beleza que enriquece a índole e o génio de cada um. A Igreja, quando civiliza os povos sob a inspiração da religião cristã, não procede como quem corta, lança por terra e extermina uma floresta luxuriante, mas sim como quem enxerta árvores bravas com qualidades escolhidas, para que elas venham a dar frutos mais saborosos e sazonados».

(Carta Encíclica «Evangelii Praecones» de Pio XII)



1 África e o materialismo

A característica mais desastrosa da nossa época é que o homem compreende mal o sentido da matéria. A visão actual do mundo torna particularmente difícil a propagação da doutrina de Cristo e requiere da nossa parte uma atenção especial.

A deificação da matéria tem a sua origem numa falsa interpretação do sentido de existência. Provém portanto de um mau uso da inteligência. E por isso, é nas classes intelectuais que podemos mais eficazmente vir ao seu encontro.

E a África? Pode pretender não ser vítima desta doutrina que aflige a nossa época? As forças intelectuais católicas que possuem a resposta a este problema têm o direito de se deixarem inactivas?

Todos aqueles que conhecem a África sabem que é tempo, agora, de empreender um verdadeiro apostolado intelectual. Aquela necessidade torna-se particularmente urgente agora que o continente africano se tornou um verdadeiro nó de guerras e disputas de origem sobretudo política.

Hoje toda a África é sacudida por um desejo de transformação, todas as raças lançam um desafio ao pensamento moral, o apostolado intelectual tem de intensificar os seus esforços afim de salvar milhões de seres humanos do erro da corrupção e do fracasso moral.

2 Os grupos de estudantes católicos em África

África é um país de missão no sentido preciso do termo. Por toda a parte neste continente, os missionários católicos fazem bom trabalho, especialmente no ensino quer no da religião quer em outros ramos. Pouco a pouco este trabalho dá os seus frutos. A Igreja Católica afirma-se pela unidade, catolicidade e apostolicidade da sua fé. Mas, para bem cumprir a sua missão, a Igreja tem necessidade de todos os seus filhos e sobretudo daqueles que têm melhores dons. Não há dúvida que no solo de África, aqueles que atingem certo nível de instrução académica têm nas suas comunidades grande influência. Por esta razão e pela necessidade de uma acção unida, os estudantes católicos da maior parte das universidades africanas formaram associações cuja actividade tem por fim o apostolado laico nas universidades.

3 A nossa participação no Seminário de Accra

Dada a grandeza da tarefa do apostolado intelectual em África e a insuficiência de preparação de muitos grupos africanos, surgiu a ideia de um seminário de formação sobre a situação de Universidade em África e a responsabilidade dos católicos face a essa situação. O Seminário é orientado pela Pax Romana e terá lugar em Accra em Dezembro.

Mesmo sem sermos membros de um grupo africano devemos participar neste Seminário de tamanha importância nos destinos de África. A nossa participação (que pode eventualmente concretizar-se também com a nossa presença em Accra) é de dois tipos: Ajuda intelectual e material e oração. Neste momento, insiste-se particularmente na necessidade de que todos os universitários se encontrem na Oração, preparando o Seminário Africano.

(Adaptado de «Votre apost au séminaire Africain» documento da Pax Romana)



Originalidade da Literatura Africana

...traços comuns com a dos povos de outras latitudes

Falar de literatura africana torna-se difícil quando se quer, por um lado, ter em conta apenas manifestações literárias autóctones; e, por outro quando se desconhece directamente essa literatura. Alguns curiosos e estudiosos da África Negra ocuparam-se deste tema em trabalhos bastante completos, que são, em certa medida, válidos para a maior parte das tribos africanas.

Delafosse, que esteve em contacto com populações negras do Noroeste africano, chama a atenção para o facto de ser principalmente oral a sua literatura e, dentro dela, predominar o género popular, embora sem excluir a existência duma literatura escrita, em muito menor escala, e do género culto. Ambos os géneros — o popular e o culto — possuem os seus profissionais, pertencentes a todas as categorias — músicos, cantores, poetas, contistas e outros, alguns dos quais estão encarregados de recolher, na memória, as genealogias das famílias nobres, os feitos dos grandes personagens históricos, os anais das tribos, os costumes políticos, sociais e jurídicos e as crenças religiosas, para os transmitir aos descendentes. Estes últimos representam a literatura oral culta. É curioso e digno de nota, o facto de os povos negros terem sabido suprir a falta duma escrita e a ausência de bibliotecas com essas gerações sucessivas de livros vivos, com a diferença de ser nas circunvoluções celebrais, e não em papel, que estão impressos os seus anais e as suas leis. Essas «enciclopédias vivas» como

lhês chama Delafosse, falam claro a favor das faculdades intelectuais da raça negra, detentora duma memória excelente, embora sujeita a falhas, naturais em cérebros obrigados a ser armazém de tão grande número de feitos e datas.

A literatura popular é bastante rica e compreende contos maravilhosos e morais, poemas épicos e satíricos, cantos amorosos, elogios fúnebres, dramas ou farças, provérbios, enigmas e ainda outras composições que o mesmo autor se diz incapaz de classificar, dada a mistura dos géneros por vezes.

Quanto à originalidade dos contos, os autores são unânimes em declarar que muitos foram adaptados de outros, provenientes de fontes orientais e ocidentais, em que foram introduzidas algumas alterações — o tigre passou a leopardo, a formosa princesa de tez branca transformou-se em graciosa negra, o palácio de porcelanas multicolores tornou-se uma modesta cabana. Mas, abstraindo disso, é de notar que muitos deles brotaram simultaneamente da imaginação humana, não importa em que latitude do globo. E a propósito deste tão interessante problema de etnografia, o missionário Junod, que deixou um valioso estudo sobre uma tribo sul-africana, impressionado com as afinidades dos contos recolhidos em diferentes locais da África do Sul, dá três explicações que, a seu ver, contêm provavelmente a verdade, sem se excluírem. São elas:

1.ª Estas histórias provêm da humanidade



primitiva e todas as raças as consevaram através das suas migrações.

2.^a Houve, num passado mais ou menos longínquo, um contacto directo entre as diversas raças humanas, graças ao qual os contos foram transmitidos duma tribo a outra, e assim se espalharam, no decorrer dos séculos, sobre toda a terra.

3.^a Há uma tal semelhança na mentalidade das diversas raças, durante a primeira fase do seu desenvolvimento, que todas elas, inventaram, ao mesmo tempo, as mesmas histórias, independentemente umas das outras. Daí, provém a unidade folclórica que se observa em toda a parte»

Como exemplo das suas afirmações, Junod cita o caso do conto de origem portuguesa, «O Anel do Leão», de que ouviu várias versões, uma das quais referente a uma mulher que dizia tê-lo ouvido contar na sua infância no Mapoutjou (Maputo), no tempo em que, segundo ela, ainda não havia brancos na região (1880-1890). Outros contos de origem estrangeira, apesar das alterações sofridas, são fáceis de reconhecer, como a clássica história da Gata Borralheira, em que a fada é substituída pela própria mãe, já falecida, da heroína.

Junod acha que é o canto a manifestação artística dos negros por excelência, sendo mesmo a poesia, muitas vezes, mero pretexto para a música. Esta opinião é confirmada pelo facto narrado algures pelo maestro Belo Marques, de se lhe ter deparado, durante um batuque a que assistia, o velho régulo chorando. Perguntando-lhe a causa das lágrimas (o que é

raro num negro), aquele respondeu-lhe: «Estou velho, não posso cantar»... «Quando o preto canta... Chicuembo (Deus) repousa...»

Tentando agrupar as canções do vasto repertório negro, teríamos que o fazer conforme vários critérios. Segundo os fins a que se destinam, há a considerar canções guerreiras, canções satíricas, canções de exorcismo e muitas outras com explicações diferentes. Geralmente, possuem um cunho simples e caracterizam-se pela introdução frequente de curtos estribilhos que se repetem periodicamente.

Depois do canto, devem ser os contos o que há de mais interessante e precioso no folclore negro—declara Junod. O conto é o inevitável complemento da refeição da noite; «a oração dos pagãos» como dizia uma das suas convertidas. Talvez, aos nossos olhos, alguns pareçam imorais, visto exaltarem a astúcia. Nada disso: as manhas constituem o meio de defesa dos fracos e deve-se notar que heróis simpáticos são só aqueles que empregam a astúcia contra os cobardes, os malvados e os avaros, ou em defesa do direito próprio. Prova-o o caso da aranha, em que o feitiço se volta contra o feiticeiro, por ela querer apenas satisfazer os seus instintos mesquinhos. Os defeitos mais ridicularizados, nesta literatura, são a avareza, e o desprezo pelos deveres para com a família e da boa educação, e tudo o que daí advém, sendo constantemente exaltadas as virtudes contrárias.

Maria Ivette Colaço

LEMBRA-SE QUE:

Os campos de Férias deste ano se realizam de 29 de Julho a 5 de Agosto na Quinta do Ramalhão (Sintra) e Quinta do Sardão (arredores do Porto). Neles podem tomar parte todas as universitárias. Para mais informações dirigir-se à presidente da J.U.C.F. da secção ou à Direcção Geral (Av. Duque de Loulé, 90 r/c dto. Lisboa).

Em discurso recente Pio XII fala ao Episcopado de todo o mundo sobre as missões Católicas

A situação da Igreja na África

«As condições gerais em que se desenvolve na África a obra da Igreja são do vosso conhecimento. São difíceis. A maior parte destes territórios está atravessando uma fase de evolução social, económica e política, pesada de consequências para o seu futuro; temos de reconhecer que as numerosas incidências da vida internacional sobre as situações locais nem sempre permitem, até aos homens mais prudentes, graduar os escalões que seriam necessários para o verdadeiro bem destes povos. A igreja que, no decurso dos séculos, já viu nascer e crescer tantas nações, não pode deixar de fixar particular atenção no acesso de novos povos às responsabilidades da liberdade política. Temos já muitas vezes convidado as nações interessa-

das a caminhar por esta via com espírito de paz e compreensão recíproca. «Que uma liberdade política justa e progressiva não seja recusada a estes povos (que a ela aspiram) e que não se procure pôr-lhe entraves», dissemos a alguns: e avisámos os outros que «reconhecessem à Europa o mérito do seu progresso; sem a sua influência, estendida a todos os domínios, eles poderiam ser arrastados por um cego nacionalismo a lançar-se no caos ou na escravidão» (Radiomensagem do Natal de 1955—A. A. S. XLVIII, 1956, p. 40). Ao renovar aqui esta dupla exortação, formulamos votos para que se prossiga na África uma obra de colaboração construtiva, livre de prejuízos e susceptibilidades recíprocas, preservada das seduções e das estreitezas do falso nacionalismo, e capaz de estender àquelas po-

pulações, ricas de recursos e de futuro, os verdadeiros valores da civilização cristã, que tantos frutos produziram em outros continentes.

Por demais sabemos que o materialismo ateu tem difundido em várias regiões da África o seu vírus de divisão, atacando as paixões, pondo uns contra os outros os povos e as raças, servindo-se das reais dificuldades para seduzir os espíritos com fáceis miragens ou para semear a rebeldia nos corações. Na Nossa solicitude por um autêntico progresso humano e cristão das populações africanas, queremos renovar aqui, a seu respeito, as graves e solenes advertências que já tantas vezes temos dirigido sobre este ponto aos católicos do mundo inteiro; felicitamos os pastores dessas regiões por terem já, em muitas ocasiões, denunciado firmemente aos pro-



prios fiéis o perigo a que se expõem dando ouvidos a falsos pastores».

«No momento em que se procura novas estruturas, enquanto alguns povos correm o risco de se abandonarem às mais enganadoras seduções de uma civilização técnica, a Igreja tem o dever de lhes oferecer, na máxima medida possível, as substanciais riquezas da sua doutrina e da sua vida, animadoras de uma ordem social cristã. Qualquer demora seria cheia de consequências. Os africanos que percorrem em poucos decênios os escalões de uma evolução que o Ocidente realizou no decorrer de vários séculos, são mais facilmente desorientados e seduzidos pelo ensino científico e técnico que se lhes ministra, como pelas influências materialistas a que são sujeitos. Por estes motivos, podem produzir-se aqui e além situações dificilmente reparáveis, de modo a prejudicar para o futuro a penetração do catolicismo nas almas e nas sociedades. É indispensável, desde já, dar aos pastores de almas possibilidades de acção em proporção com a importância e urgência da conjuntura presente».

O Apostolado Missionário

«Não basta, aliás, anunciar o Evangelho: na crise social e política que atravessa a África, é indispensável formar depressa um grupo escolhido de cristãos no meio de um povo ainda neófito, mas em que proporção teremos de multiplicar o núme-

ro de missionários para lhes permitir realizar esta obra de formação pessoal das consciências? A esta penúria de homens acresce ainda, quase sempre, uma falta de meios que toca muitas vezes a miséria. Quem dará a estas novas missões situadas muitas vezes em regiões pobres, mas importantes para o futuro da evangelização, o auxílio generoso de que têm necessidade tão urgente? O missionário sofre vendo-se tão privado de meios e, na presença de tais tarefas, não pede para ser admirado, mas sim ajudado a fundar a Igreja onde isso é ainda possível.

Nas missões mais antigas, nas quais a proporção já considerável de católicos e o seu fervor são motivo de alegria para o Nosso coração, as condições de apostolado, embora diversas, não são menos preocupantes. Torna em muitas, a falta de sacerdotes se faz duramente sentir. Essas dioceses ou Vicariatos Apostólicos têm de desenvolver, sem demora, obras indispensáveis à expansão e irradiação do catolicismo; é necessário fundar colégios e difundir o ensino cristão nos vários graus; é indispensável dar vida aos organismos de acção social que animem o trabalho dos grupos escolhidos de cristãos que dão o seu concurso à vida civil; terá de se multiplicar a imprensa católica em todas as suas formas e haverá que preocupar-se com as técnicas modernas de difusão e cultura, pois é bem conhecida, nos nossos dias, a importância de uma opinião pública bem for-

mada e iluminada; é sobretudo indispensável dar um crescente desenvolvimento à Acção Católica e satisfazer as necessidades religiosas e culturais de uma geração que, privada de suficiente alimento, estaria exposta a ir procurá-lo fora da Igreja.

Pois bem, para fazer frente a estas diversas tarefas, os pastores de almas têm precisão não somente de grandes meios, mas sobretudo de colaboradores preparados para estes ministérios mais diferenciados, e, portanto, mais difíceis. Tais apóstolos não se podem improvisar; faltam muitas vezes; entretanto, a sua acção é urgente, se não queremos tirar a confiança dos grupos escolhidos, em progresso».

«O número de sacerdotes em proporção dos fiéis está a diminuir na África. O clero africano aumenta, sem dúvida, mas somente daqui a muitos anos e poderá, nas próprias dioceses, tomar conta completamente do seu governo, embora com o auxílio daqueles missionários que lá levaram a fé. Estas jovens cristandades de África não podem presentemente, com os seus actuais recursos, bastar para o que delas se exige no momento decisivo que atravessamos».

Caridade para com as Missões

«O Nosso Apostólico múnis Nos obriga, Veneráveis Irmãos, a dizer-vos que estes dons, recebidos com tanta gratidão, estão longe, infelizmente, de bastar às crescentes necessidades do apostolado missionário. Re-

cebemos continuamente angustiosos apelos de pastores, que vêem o bem que se podia fazer e o mal que se devia remover com urgência, o edifício que seria preciso construir, a obra que se devia fundar; grande é o Nosso sofrimento por poder dar a tais pedidos, tão legítimos, apenas uma resposta parcial, e insuficiente. Isto acontece por exemplo, com a Pontifícia Obra de S. Pedro Apóstolo: os subsídios que distribui aos seminários de países de missão são consideráveis; mas as vocações são, graças a Deus, cada ano mais numerosas, exigiriam fundos mais importantes. Seria indispensável limitar estas providenciais vocações na medida dos meios de que se dispõe? Seria preciso fechar, por falta de dinheiro, as portas do Seminário a jovens generosos e de óptimas esperanças, como me dizem que por vezes já aconteceu? Não, não queremos acreditar que o mundo cristão, posto perante as suas responsabilidades seja incapaz do esforço excepcional que se impõe para fazer frente a tais necessidades.

Não ignoramos a dureza dos tempos actuais e as dificuldades das dioceses antigas da Europa ou América. Mas, se se citassem cifras, poderia ver-se que a pobreza de uns é relativo bem estar perante a miséria dos outros! Vão confronto, porém, pois não se trata aqui tanto de estabelecer balanços, como de exortar todos os fiéis, como já fizemos em circunstância solene, «a alistar-se sob a bandeira da renúncia cristã e do dom de si próprios; que vai muito além

daquilo que é de preceito e faz combater o bom combate generosamente, segundo as forças de cada um, segundo as inspirações da graça, e as condições de cada um. Aquilo que se tirar à vaidade, acrescentávamos, que se dê à caridade, dando com misericórdia à Igreja e aos pobres» (Disc. de 2 de Nov. de 1950 — A. A. S. XLII, 1950, p. 787). Com o dinheiro que o cristão gasta, por vezes, em gostos passageiros, quanto não faria tal missionário paralisado no seu apostolado por falta de meios! Interroguemos neste ponto cada fiel, cada família, cada comunidade cristã. Recordai-vos da «generosidade de Jesus Cristo, Senhor Nosso, que de rico se fez pobre por vós, para vos enriquecer com a Sua pobreza» (II Cor. 8, 9), dai do vosso supérfluo e às vezes até do vosso necessário. A face do mundo pode renovar-se com uma vitória da caridade.

«O auxílio às dioceses missionárias assume, finalmente, uma forma que alegra o Nosso coração e queremos assinalar ao terminar. Trata-se do contributo que militantes leigos, os quais agem ordinariamente nos quadros dos movimentos católicos nacionais e internacionais, prestam ao serviço das jovens cristandades.

A cooperação destes exige dedicação, modéstia e prudência, mas como é precioso o auxílio prestado desta maneira àquelas dioceses que devem enfrentar responsabilidades apostólicas novas e urgentes!

Com plena submissão ao bispo local, responsável pelo apos-

tolado, em perfeita colaboração também com os católicos africanos que compreendem o benefício de tal fraterno apoio, estes militantes leigos oferecem a dioceses recentes a vantagem de uma longa experiência de acção católica e social, que igualmente de todas as formas de apostolado especializado. Favorecem além disso — e não é este o menor proveito — a inserção rápida das organizações locais na ampla rede das instituições católicas internacionais. De todo o coração Nós os felicitamos pelo seu zelo ao serviço da Igreja».

As vocações

«Pertence-vos, em primeiro lugar, desenvolver entre os vossos fiéis, como há pouco dizíamos, uma condição de espírito, uma disposição de alma, que os tornem mais sensíveis às preocupações da Igreja e mais dispostos para ouvir o antigo chamamento do Senhor que ressoa de idade em idade: «Deixa a tua terra, a tua família e a casa do teu pai e vai para a terra que te hei-de mostrar» (Gén. 12, 1). Uma geração formada nestes ideais verdadeiramente católicos, quer na família quer na escola, na paróquia, na Acção Católica e nas obras de piedade, uma tal geração dará à Igreja os apóstolos de que precisa para anunciar o Evangelho a todos os povos. Este surto missionário, animando o conjunto das vossas dioceses, será para vós um penhor de renovação espiritual. Uma comunidade cristã que dá



os seus filhos e filhas à Igreja não pode morrer. E se é verdade que a vida sobrenatural é uma vida de caridade e se desenvolve com o dom de si mesmo, pode afirmar-se que a vitalidade católica de uma nação se mede pelos sacrifícios de que é capaz pela causa missionária.»

Assistência aos estudantes africanos e asiáticos

«No mesmo espírito de colaboração fraterna e desinteressada, procurai, Veneráveis Irmãos, ser solícitos com a assistência aos jovens africanos e asiáticos, que a continuação dos estudos levasse a permanecer temporariamente nas vossas dioceses. Privados dos quadros sociais naturais dos seus países de origem, eles ficam muitas vezes, e por motivos vários, sem contactos suficientes com os centros de vida católica das nações que os receberam. Por consequência, a vida cristã deles pode encontrar-se em perigo, porque os verdadeiros valores da nova civilização que descobrem continuam para eles escondidos, ao passo que as influências materializantes os solícitem a fundo e as associações ateias se esforçam por lhes ganhar a confiança. Não pode escapár-vos a gravidade deste estado de coisas para o presente e para o futuro. Por isso, indo ao encontro das preocupações dos bispos das Missões, não hesitareis em destinar a este apostolado qualquer sacerdote experimentado e zeloso das vossas dioceses».

CONGRESSO MISSIONÁRIO DA «PAX ROMANA»

Com a colaboração das Obras Pontificias Missionárias, realiza-se, de 28 de Setembro a 2 de Outubro, em Angers (França) o Congresso Missionário da Pax Romana (12.^a sessão) sobre o tema «*Fraternidade sem Fronteiras*». O objectivo deste congresso é promover um encontro entre estudantes e diplomados asiáticos, africanos, oceanianos, americanos, europeus, cristãos ou não cristãos.

O Congresso compreenderá:

No primeiro dia, à tarde, uma concentração em Chartres.

Nos três dias seguintes:

— conferências sobre o contacto psicológico e cultural com as culturas não ocidentais: África, Islão, Índia, Indonésia, Vietnã, China e Japão.

Oradores qualificados, autóctones na maior parte, darão uma visão profunda, reflectida e actual dos valores da sua civilização.

— reuniões de discussão sobre as condições e as formas de contacto concreto entre universitários de culturas diferentes.

— sessões de arte: reunião internacional de canto, filmes de origem não ocidental, etc.

E, para finalizar, uma excursão, no quinto dia, aos castelos do Loire, com o encerramento do Congresso em Blois e regresso a Paris.

O custo da estadia será de 2.000 fr. franceses aproximadamente.

Para todas as informações dirija-se à Direcção Geral da J.U.C.F., Av. Duque de Loulé, 90, r/c, D. Lisboa.

Fundação Cuidar o Futuro



Fundação Cuidar o Futuro